



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Gerência de Licitações e Contratos
Comissão de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 359/2019
PROCESSO LICITATÓRIO: 5098687/2019
PREGÃO ELETRÔNICO: 312/2019
REQUISIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – RRP: 135/2019

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 359/2019, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE VITÓRIA –
PMV E A EMPRESA ALILES MONTEIRO VIEIRA –
COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS ME.**

As partes abaixo identificadas e devidamente representadas ajustam formalizar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, observadas as disposições da legislação vigente, em especial a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei Municipal n.º 8.753/14 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 17.782/2019, e ainda de acordo com o Edital da Licitação realizada na modalidade Pregão Eletrônico n.º 312/2019, bem como o resultado da classificação das propostas apresentadas, que constituem partes integrantes deste instrumento independente de transcrição, mediante as cláusulas e condições que se seguem.

De um lado o **MUNICÍPIO DE VITÓRIA**, por intermédio da **SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO**, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.142.058/0005-50, com sede à Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, n.º 1927, 2º andar, bloco "B", Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP 29.050-945, neste ato representada por seu Ordenador(a) de Despesas, abaixo subscrito, e Presidente da Comissão de Registro de Preços – SEGES, Cristina Costa Ganen Berbet, adiante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

De outro lado, a empresa **ALILES MONTEIRO VIEIRA – COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.540.305/0001-38, estabelecida na Rua Alfredo Chaves, n.º 270, Loja n.º 01, bairro Vila Capixaba, Cariacica/ES, CEP: 29.148-030, Telefone/Fax: (27) 3090-8716 / 3070-0020 / 9.9916-4617, E-mail: alilesmv@hotmail.com, representada pelo Sr. Aliles Monteiro Vieira, portador do RG n.º 1615169 SPTC/ES e inscrito no CPF sob n.º 055.084.847-95, adiante denominado **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto desta ATA, o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de **APARELHOS DE TELEFONE SEM FIO E COM FIO**, conforme especificações e quantidades detalhadas no subitem 3.2.
- 1.2. O **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** ficará obrigado a atender a todos os pedidos efetuados pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, respeitados os quantitativos registrados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

Handwritten signature and initials.

Handwritten signature.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Gerência de Licitações e Contratos

Comissão de Registro de Preços

a) Integram a presente Ata de Registro de Preços, mediante anuência aos procedimentos realizados pelo Órgão Gerenciador na qualidade de Órgãos Participantes:

2.1.1. **SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO**, inscrita no CNPJ sob o nº 27.142.058/0005-50.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O valor global desta ATA é de R\$ 42.497,21 (Quarenta e dois mil, quatrocentos e noventa e sete reais e vinte e um centavos).

3.2. Os valores unitários dos itens registrados são os constantes da tabela abaixo:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	UNI	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	2.16.30.0004.9	TELEFONE, Tipo/Modelo: Sem Fio, Tecnologia Digital: Sim, Funções: Flash, Tone/Tom, Mute/Mudo, Pause/Pausa e Redial/Rediscar, Posição: MESA, Cor: Preto ou Grafite, Canais: Mínimo 30 (com Busca automático ou manual), Agenda Telefônica: Mínimo 10 gravações, Frequência de Alcance [Ghz]: Entre 2,4 e 6,0, Peso Máximo do Terminal Móvel: 120 G [com bateria], Tipo de Campanha [Qtd]: 4, Volume da Campanha: AJUSTÁVEL, Discagem [tipo]: Tom/Pulso, Alcance [Base a Unidade Portátil]: Mínimo de 50m Interno e 300m Externo, Efetuar Chamadas em Ramal: Sim, Manual de Instruções: Em Português, Certificação: Normas Vigentes da Anatel de Acordo com a Resolução 242 de 30/11/2000, GARANTIA: 01 ano	ELGIN – TSF 8001	PÇ	381	81,91	31.207,71



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Gerência de Licitações e Contratos

Comissão de Registro de Preços

2	2.16.30.0005.7	Telefone, Modelo: Fixo com Fio, Funções: Flash, Tone, Mute e Redial, Modo de Discagem, Tom e Pulse, Volume da Campainha: Ajustável, Tipo de Campainha [qtd]: 3, Posição: Mesa e Parede, Cor: preto, Dimensões: Aprox. 6,5x20x14xcm, Peso: Aprox. 0,370g, Acompanha: Cabo Espiral, Cabo Telefônico e Manual, Garantia: 01 ano.	ELGIN – TCF 2000	PÇ	335	33,70	11.289,50
VALOR TOTAL DA ATA						42.497,21	

3.3. O(s) preço(s) registrado(s) corresponde(m) ao valor por item constante(s) da(s) proposta(s) de preços apresentada(s) no Pregão Eletrônico n.º 312/2019, que faz parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

3.4. O(s) preço(s) do(s) item(ns) é(serão) fixo(s) e irrevogável(is), inclusos todos os custos e despesas de transporte, seguros, impostos e taxas de qualquer natureza sendo, porém, facultado a revisão do(s) mesmo(s) desde que verificada e comprovada alterações no mercado, e na forma estabelecida no Decreto Municipal n.º 17.782/2019.

3.5. Nas hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d” da lei n.º 8.666/93, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro do instrumento contratual, mediante processo fundamentado e aceito pela Administração, conforme especificado na cláusula sexta deste Instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

4.1. Esta Ata de Registro de Preços, cuja minuta foi aprovada pela Procuradoria Geral do Município, bem como os preços nela registrados terão vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação no veículo de imprensa oficial do Município de Vitória.

4.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

4.1.1.1. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, quando o preço decorrente de procedimento de licitação específico for igual ou superior ao registrado.

CLÁUSULA QUINTA – DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

5.1. O gerenciamento da Ata de Registro de Preços será de responsabilidade da SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO, que exercerá suas atribuições por intermédio da Subsecretaria de Gestão de Licitações e equipe que compõe o ÓRGÃO GERENCIADOR – SEGES, designados pela autoridade competente.

5.2. A execução dos atos decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão acompanhadas e fiscalizadas por representante(s) da Administração denominado(s)

Handwritten signature and initials in blue ink.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Gerência de Licitações e Contratos

Comissão de Registro de Preços

GESTOR(ES) DA ATA/FISCAL(IS) DE CONTRATO:

a) Na SEGES: Valéria Souza Leitão. Telefone: (27) 3315-7123.

5.3. O(s) Gestor(es) da Ata de Registro de Preços anotar(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos atos e compromissos assumidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas, devendo comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR para registro de todas as ocorrências. As decisões e providências que ultrapassarem o limite de competência da fiscalização deverão ser solicitadas aos seus superiores para a adoção de medidas cabíveis.

5.4. A fiscalização da entrega será realizada pelo(s) servidor(es) acima, ou por outro servidor assim designado nos termos do Art. 67, da Lei. n.º 8.666/93, que deverá atestar o recebimento dos materiais.

5.5. Caso os produtos e/ou materiais não tenham sido entregues satisfatoriamente, o Compromissário Fornecedor deverá refazê-lo sem que lhe advenha desse ato qualquer ônus extra.

5.6. A fiscalização da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato não exclui a responsabilidade da empresa, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DA ATA E REVISÃO DE PREÇOS

6.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do Art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

6.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.3. Os fornecedores que não aceitam reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORNECIMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Gerência de Licitações e Contratos

Comissão de Registro de Preços

- 7.1. Comprovada a vantagem, e segundo as conveniências da administração, os órgãos e unidades da administração direta do município sob o controle do ÓRGÃO GERENCIADOR, poderão solicitar o fornecimento dos produtos integrantes desta Ata de Registro de Preços.
- 7.2. Caberá ao ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante solicitação por escrito do órgão e/ou unidade interessada em adquirir o(s) produto(s) com preços registrados nesta Ata de Registro de Preços, a indicação do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR beneficiário do registro.
- 7.3. Comprovada a necessidade pelos órgãos participantes e/ou unidade da administração, o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá ser previamente consultado, através de Ofício ou outro meio de comunicação eficaz, acerca da possibilidade de fornecimento, devendo o mesmo se manifestar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 7.4. Havendo a concordância do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, será emitida a Autorização de Fornecimento – AF e/ou Nota de Empenho.
- 7.5. Não ocorrendo manifestação do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, presumir-se-ão aceitas as condições e compromisso de fornecimento, devendo ser emitida a respectiva Autorização de Fornecimento – AF e/ou nota de empenho, sendo que, o descumprimento acarretará na aplicação das sanções previstas neste instrumento.
- 7.6. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, porém, imediata e integral a cada solicitação de produto e/ou material por Autorização de Fornecimento – AF e/ou nota de empenho, nos prazos estabelecidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃOS PARTICIPANTES ou unidades requisitantes.
- 7.7. Os produtos/materiais deverão ser entregues em suas embalagens originais, contendo marca, fabricante, quantidade, informações de segurança, prazo de validade, tudo de acordo com a legislação em vigor, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.
- 7.8. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, quando da ocorrência do fornecimento deverá garantir a qualidade dos produtos e/ou materiais, devendo ainda, quando solicitado, substituir prontamente o produto que porventura não atenda aos requisitos firmados, sob pena das sanções cabíveis.

CLAUSULA OITAVA – DOS LOCAIS, PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 8.1. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, porém, imediata e integral a cada solicitação de produto e/ou material por Autorização de Fornecimento – AF e/ou nota de empenho, nos prazos estabelecidos pelo(s) ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) ou unidade(s) requisitante(s).
- 8.2. Os produtos/materiais, quando solicitados deverão ser entregues nos endereços estabelecidos na Autorização de Fornecimento – AF emitida, podendo, ocorrer no(s) seguinte(s) endereço(s):
- 8.2.1. **PARA ENTREGA DOS PRODUTOS DESTINADOS À SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO - SEGES:** Avenida João Palácio, nº. 503, Eurico Salles, Serra - ES, CEP: 29.160-161. Telefone: 3382-6398.
- 8.3. Os locais de entrega poderão sofrer alterações, de acordo com a necessidade do Município.
- 8.4. O horário de recebimento dos materiais será de 12h às 17h.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Gerência de Licitações e Contratos

Comissão de Registro de Preços

8.5. O prazo de entrega do material será de até 30 (trinta) dias consecutivos após o recebimento, pelo fornecedor, da Autorização de Fornecimento – AF / Ordem de Serviços – OS, de acordo com as condições de entrega definidas.

8.6. A responsabilidade do fornecedor, decorrente do presente instrumento, estará vinculada ao que dispõe a Lei n.º 8.078, de 11/09/90 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor).

8.7. O quantitativo para cada entrega será definido pelo Requisitante, conforme a demanda.

8.8. Os produtos e/ou materiais deverão ser entregues em suas embalagens originais, contendo marca, fabricante, e demais informações de acordo com a legislação em vigor, de forma a permitir completa identificação e segurança durante o transporte.

8.9. As embalagens deverão estar devidamente lacradas no ato de cada entrega. Caso haja qualquer dano ao lacre, as mesmas deverão ser recolhidas pelo fornecedor imediatamente após entrega.

8.10. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, quando da ocorrência do fornecimento deverá garantir a qualidade dos produtos e/ou materiais, devendo quando solicitado, substituir prontamente o produto que porventura não atenda aos requisitos contratados, sob pena das sanções cabíveis.

8.11. O recebimento será condicionado à conferência, exame qualitativo, quantitativo e aceitação final obrigando o licitante vencedor a reparar, corrigir, substituir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verifiquem defeitos ou incorreções.

8.12. Os produtos/materiais deverão ser aceitos da seguinte forma:

a) **Provisoriamente**, pelo setor de almoxarifado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações; e

b) **Definitivamente**, após a verificação de qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação pela unidade requisitante.

8.13. A aceitação do objeto será condicionada à conferência, exame qualitativo, quantitativo e aceitação final obrigando o licitante vencedor a reparar, corrigir, substituir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem defeitos ou incorreções;

8.14. A eventual reprovação dos produtos/materiais, em qualquer fase da sua entrega, não implicará em alteração nos prazos, nem eximirá o(s) compromissário(s) fornecedor(es) das aplicações das sanções pertinentes;

8.15. O objeto desta licitação deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, com garantia contra defeitos de fabricação, sem custo adicional de frete.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas para suportar a(s) eventual(is) aquisição dos materiais/serviços com preços registrados nesta Ata de Registro de Preços correrão à conta da dotação orçamentária e fonte de recursos vigentes e devidamente consignados na ocasião da efetiva necessidade do fornecimento e instrução do processo respectivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Gerência de Licitações e Contratos

Comissão de Registro de Preços

10.1. Caso ocorra o fornecimento, o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) devidamente atestada(s) pelo(s) Órgão(s) ou unidade(s) requisitante(s) do Município de Vitória.

10.2. Na emissão da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá descrever os produtos, com o nome específico de cada um, bem como o número do Processo, número do contrato (quando houver), da ordem de fornecimento e o quantitativo dos produtos efetivamente entregues.

10.2.1. A(S) NOTA(S) FISCAL(IS)/FATURA(S) DEVERÁ(ÃO) SER EMITIDA(S) COM A RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO DO ÓRGÃO REQUISITANTE, CONSTANTES NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/ORDEN DE SERVIÇO.

10.3. Ocorrendo erro na(s) Nota(s) Fiscal(is) de Fornecimento(s)/Fatura(s) apresentadas, estas serão devolvidas ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado à partir da data da apresentação destas, devidamente corrigidas, ou de nova(s) Nota(s) Fiscal(is)/ Fatura(s), que substituirá(ão) aquela(s).

10.4. Os ÓRGÃOS GERENCIADOR e/ou PARTICIPANTES poderá(ão) deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR em decorrência de inadimplemento deste contrato.

10.5. Os pagamentos poderão ser sustados pela Contratante nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento das obrigações assumidas que possam, de alguma forma, prejudicar a Contratante;
- b) Inadimplência de obrigações assumidas pelo Compromissário Fornecedor para com o Município de Vitória, por conta do estabelecido neste Edital;
- c) Erros ou vícios na(s) Nota(s) Fiscal(is) de Serviço/Fatura(s).

10.6. Os pagamentos serão efetuados conforme disposto no item 10.1 desta Cláusula, e ficam condicionados à apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta), expedida pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida;
- b) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa, devidamente válida;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, devidamente válida;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município de Vitória, devidamente válida;
- e) Prova de Regularidade junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, devidamente válida;
- f) Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, devidamente válida;
- g) Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

10.7. Com vistas a agilizar o procedimento, necessário se faz que a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) tragam consignadas o nº do processo que originou a contratação, o nº

[Handwritten signature and initials]



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Gerência de Licitações e Contratos

Comissão de Registro de Preços

do contrato e dados bancários, com indicação do banco, agência e conta.

10.8. É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação do fornecimento.

10.9. A Contratante poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo Compromissário Fornecedor em decorrência de inadimplemento deste Contrato.

10.10. É expressamente vedado ao licitante cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

10.11. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Administração do Município de Vitória em favor do FORNECEDOR.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. Constituem obrigações do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR:

11.1.1. Fornecer os materiais, estritamente de acordo com as especificações descritas neste Termo de Referência, bem como nos prazos e quantitativos estabelecidos pela unidade requisitante, responsabilizando-se pela substituição dos mesmos na hipótese de se constatar, quando do recebimento pelo Almoxarifado, estarem em desacordo com as referidas especificações;

11.1.2. Entregar o(s) material(is) no prazo preestabelecido e de acordo com as especificações;

11.1.3. Comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE através da Gerência de Relações Comerciais/Coordenação de Programação de Compras, e/ou aos Fiscais/Gestores da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, por escrito, e antes da comunicação pela administração da necessidade do material, existência e/ou ocorrência de fato superveniente que prejudique e/ou impossibilitem o cumprimento das responsabilidades assumidas;

11.1.4. Remover, às suas expensas, todo o material que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

11.1.5. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

11.1.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Município de Vitória.

11.1.7. Solicitar prorrogação de prazos de entrega justificando os motivos ensejadores do atraso indicando com clareza nova data para efetivação da entrega.

11.2. Constituem obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE:

11.2.1. Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários à execução da Ata de Registro de Preços e/ou contrato;

11.2.2. Controlar os saldos das Atas de Registro de Preços por órgãos participantes;

11.2.3. Instruir e gerenciar as solicitações de adesão consultando o fornecedor quanto ao interesse;

11.2.4. Consultar o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR antes da emissão do respectivo Empenho e Autorização de Fornecimento – AF quanto à disponibilidade dos produtos a



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Gerência de Licitações e Contratos

Comissão de Registro de Preços

serem adquiridos;

11.2.5. Autorizar a prorrogação de prazo de entrega de materiais após consulta ao órgão requisitante;

11.2.6. Proceder à abertura de processo com vistas à aplicação de penalidades quando a infração for relativa a descumprimento que afeta a toda a Ata de Registro de Preços;

11.2.7. Instruir e se manifestar nos processos de penalidade, quando solicitado pelo órgão competente quanto à conduta do Compromissário Fornecedor em relação à determinada Ata de SRP ou fornecimento sugerindo ainda a penalidade a ser aplicada após análise.

11.3. Constituem obrigações do GESTOR / FISCAL - ÓRGÃO REQUISITANTE:

11.3.1. Providenciar a abertura de processo de aquisição/contratação ao verificar a necessidade, sempre com prévia antecedência à sua utilização, visando a não paralisação dos serviços;

11.3.2. Proceder consulta da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista do compromissário fornecedor;

11.3.3. Verificar a existência de recursos financeiros para custear a aquisição;

11.3.4. Providenciar as inspeções dos fornecimentos, com vistas ao cumprimento dos prazos pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR e/ou CONTRATADO;

11.3.5. Atestar e receber os materiais efetivamente fornecidos de acordo com as cláusulas constantes da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato do qual este faz parte integrante;

11.3.6. Efetuar os pagamentos devidos ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR e/ou CONTRATADO, na forma estabelecida na Ata de Registro de Preços e/ou Contrato;

11.3.7. Autorizar a prorrogação de prazo de entrega de materiais quando solicitado pelo compromissário fornecedor e devidamente justificado;

11.3.8. Notificar o fornecedor quando da verificação de ocorrências, erros, falhas, atrasos, concedendo prazo para correção das pendências;

11.3.9. Proceder à abertura de processo solicitando a aplicação de penalidade e encaminhar à Controladoria Geral do Município, quando a ocorrência referir-se ao fornecimento/contratação de sua Unidade Gestora / Secretaria requisitante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES INTERNOS E EXTERNOS

12.1. Em atendimento a Lei Municipal 8.753/2014, alterada pela lei nº 9.148/2017 e desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e nas seguintes condições:

12.1.1. Para os órgãos não participantes internos, a utilização da ata poderá ser feita por meio de remanejamento de saldo;

12.1.2. Para os órgãos não participantes externos, a utilização da ata poderá ser feita por meio de adesão, observadas as regras estabelecidas no Decreto nº 17.782/2019, e alterações, se houver, e conforme as instruções elencadas nos itens subsequentes.

12.2. Os órgãos externos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, devendo, para tanto, observar as condições



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Gerência de Licitações e Contratos

Comissão de Registro de Preços

previstas no Decreto Municipal nº 17.782/2019 e alterações, quando houver.

12.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.4. As adesões a que se refere este artigo não poderão exceder ao quintuplo do quantitativo dos itens registrados na ata de registro de preços, independente da quantidade de órgãos aderentes.

12.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este subitem não poderão exceder, na totalidade, a cem por cento do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

12.6. As aquisições ou contratações adicionais ocorrerão apenas uma vez por órgão que não tenha participado do procedimento licitatório e não poderá ultrapassar os cem por cento previstos acima.

12.7. Após a autorização do órgão gerenciador e aceite por parte do compromissário fornecedor, as aquisições ou contratações adicionais para os órgãos não participantes deverão ser realizadas de forma imediata na sua integralidade.

12.8. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INCIDÊNCIAS FISCAIS

13.1. Os tributos que sejam devidos, em decorrência direta ou indireta da presente Ata de Registro de Preços, serão de exclusiva responsabilidade do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, assim definido nas Normas Tributárias.

13.2. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra de material, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. O licitante fica sujeito à penalidade de Impedimento de licitar e contratar com o Município de Vitória e será descredenciado do sistema de cadastramento de fornecedores da PMV pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei 10.520/2002 pelos seguintes motivos:

a) Não assinar a ata, injustificadamente (inexecução total): até 04 (quatro) anos, sendo que o prazo será definido com base no histórico da licitação (tempo decorrido da realização da disputa até sua convocação, influências do mercado nos valores, possibilidade de desistir da proposta antes da convocação, justificadamente, e outras agravantes ou atenuantes para dosimetria).



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Gerência de Licitações e Contratos

Comissão de Registro de Preços

- b) Deixar de entregar, injustificadamente, após a convocação, documentação exigida para o certame (desistência de proposta): até 01 (um) ano, sendo que o prazo será definido com base no histórico da licitação (tempo decorrido da realização da disputa até sua convocação, influências do mercado nos valores e outras agravantes ou atenuantes para dosimetria);
- c) Apresentar documentação falsa exigida para o certame: até 05 (cinco) anos, sendo que o prazo será definido dependendo da comprovação de que o licitante foi o responsável direto ou indireto pela apresentação; se tinha conhecimento da falsificação; se agiu com dolo ou culpa.
- d) Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado): superior a 15 (quinze) dias até 30 (trinta) dias: até 01 (um) ano, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos.
- e) Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado): superior a 30 (trinta) dias: até 02 (dois) anos, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos.
- f) Falhar, injustificadamente na execução do contrato/ata de registro de preços (inexecução parcial ou total): até 02 (dois) anos, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, se a inexecução foi total ou parcial, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos.

14.2. Ao(s) Licitante(s) poderá(ão) ser aplicada(s) ainda a(s) seguinte(s) sanção(ões), além das responsabilidades por perdas e danos:

I. Multas – nos seguintes casos e percentuais:

- a) **Multa de Mora:** Por atraso injustificado na entrega do item contemplado na Autorização de Fornecimento (AF) em até 10 (dez) dias: 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor total do produto entregue com atraso;
- b) **Multa de Mora:** Por atraso injustificado na entrega do item contemplado na Autorização de Fornecimento (AF) superior a 10 (dez) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor do produto entregue com atraso;
- c) **Multa Compensatória:** Por atraso injustificado na entrega do item contemplado na Autorização de Fornecimento (AF) superior a 20 (vinte) dias: 10% (dez por cento) sobre o valor do produto entregue com atraso, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho Total ou Parcial;
- d) **Multa Compensatória:** Por recusa injustificada do adjudicatário em aceitar ou assinar a Ata de Registro de Preços, injustificadamente, uma vez que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida: 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata;
- e) **Multa Compensatória:** Por entregar em desconformidade, injustificadamente, o objeto contemplado na Autorização de Fornecimento: 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela entregue em desconformidade e possibilidade de cancelamento da ata;
- f) **Multa Compensatória:** Por recusa injustificada do adjudicatário em aceitar, receber ou retirar a Autorização de Fornecimento e/ou solicitar cancelamento da entrega após tomar ciência do pedido, uma vez que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida: 10% (dez por cento) sobre o valor total da AF e possibilidade de cancelamento da ata;
- g) **Multa Compensatória:** Por deixar de manter as condições de habilitação durante toda a vigência da ata de registro de preços/contrato, uma vez que caracteriza o



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Gerência de Licitações e Contratos

Comissão de Registro de Preços

descumprimento da obrigação assumida impossibilitando a contratação: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da AF e possibilidade de cancelamento da ata ;

h) **Multa Compensatória:** Por inexecução total injustificada da Autorização de Fornecimento – AF. Caracterizada pela verificação da não entrega do produto após 60 (sessenta) dias: 20% (vinte por cento), sobre o valor total da AF, com possibilidade de cancelamento da ata.

II. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, nos casos de:

- a) fraude na execução da contratação;
- b) comportamento de modo inidôneo ou cometimento de fraude fiscal.
- c) As multas previstas no inciso I do item 14.2 poderão ser descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso, com a devida anuência do fornecedor.
- d) As sanções previstas no item 14.1 e no inciso I do item 14.2 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do item 14.2, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- e) As sanções previstas no item 14.1 e no inciso I do item 14.2 são de competência do Secretário da Controladoria Geral do Município, facultada a defesa prévia do Licitante, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- f) A sanção prevista no inciso II do item 14.2 é de competência do Secretário da Controladoria Geral do Município, facultada a defesa do Licitante, no respectivo processo administrativo de penalidade, no prazo de 10 (dez) dias da notificação e abertura de vista.
- g) A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CANCELAMENTO

15.1 O compromissário fornecedor terá o registro de seu preço cancelado pela Administração nas seguintes hipóteses:

15.1.1. Não cumprir as exigências da ata de registro de preços;

15.1.2. Não assinar o contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

15.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

15.1.4. Por inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente, decorrente do registro de preços;

15.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do caput do Art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

15.1.6. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV, deste artigo, será formalizado por decisão da autoridade competente do órgão gerenciador,



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Gerência de Licitações e Contratos

Comissão de Registro de Preços

assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo dada a devida publicidade por meio do veículo de imprensa oficial do Município.

15.1.7. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

15.1.8. Por razão de interesse público;


15.1.9. A pedido do fornecedor, desde que ocorra antes da consulta de disponibilidade por parte da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

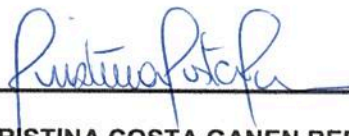
16.1. Fica eleito o Foro da Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal, Comarca da Capital, Vitória/ES, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da presente Ata de Registro de Preços.

E, por assim estarem acordadas, declaram as partes aceitar todas as condições estabelecidas nas cláusulas da presente Ata de Registro de Preços, que, após lida e achada conforme, vai devidamente assinada.


Vitória, 21 de novembro de 2019.



THYARA DE CARVALHO F. DAMASCENO
AUTORIDADE COMPETENTE DA
CENTRAL DE LICITAÇÕES
P/ MUNICÍPIO DE VITÓRIA
P/ ÓRGÃO GERENCIADOR - SEGES

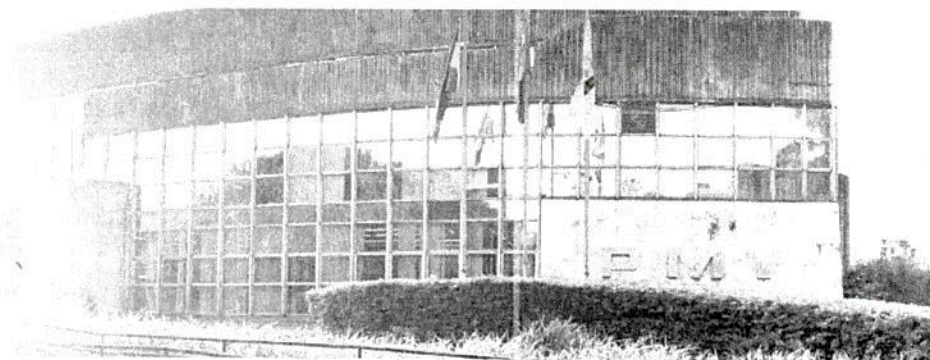


CRISTINA COSTA GANEN BERBET
PRESIDENTE DA COMISSÃO DO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
- SEGES
P/ ÓRGÃO GERENCIADOR – SEGES



ALILES MONTEIRO VIEIRA
ALILES MONTEIRO VIEIRA – COMÉRCIO
E ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS ME.
COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR
RG: 1615169 SPTC/ES

13.040.305/0001-38
ALILES MONTEIRO VIEIRA ME.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Edição nº 1311

21 de novembro de 2019

ES - Brasil

PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PORTARIA SEME N.º 031/2019

Estabelece Diretrizes Gerais para a elaboração do Calendário Escolar de 2020 e institui o mesmo ano, como o ano da "Educação: Inovação Social e Tecnológica por uma Vida Sustentável".

A Secretária de Educação do Município de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, usando das atribuições que lhe conferem o inciso III e o § 2º do art. 117 da Lei Orgânica do Município de Vitória.

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer as Diretrizes que orientam a elaboração do Calendário Escolar/2020 para as Unidades de Ensino da Rede Municipal de Vitória, como ferramenta de gestão que auxilia na organização escolar na perspectiva da garantia do direito à educação e à aprendizagem.

Parágrafo único- Todas as ações previstas no Calendário Escolar 2020 se fundamentam nos princípios da educação municipal, conjugadas com as metas e estratégias previstas no Plano Municipal de Educação e nas Políticas Educacionais e Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Formação Continuada para os Profissionais de Educação, Educação Integral e Protagonismo Estudantil.

Art. 2º. O Calendário Escolar 2020 terá como tema "Educação: Inovação Social e Tecnológica por uma Vida Sustentável", subsidiando as ações curriculares na Educação Infantil, Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos.

Parágrafo único - Reconhecemos a escola como espaço de formação das novas gerações, com a premissa constante de dialogar com os novos tempos, com o crescimento técnico-científico, em conexão com questões sociais e culturais contextualizadas, enfatizando a inovação a partir do uso de metodologias e estratégias que atendam às necessidades sociais na busca de soluções mais efetivas, eficientes, sustentáveis e justas ao enfrentar as questões cotidianas, gerando benefícios para toda a coletividade, projetando soluções conjuntas para melhorar a vida da sociedade e do planeta.

Art. 3º. O Calendário Escolar a ser elaborado por cada Unidade de Ensino deverá, obrigatoriamente, respeitar as ações e datas unificadas apresentadas abaixo:

- I -** Períodos de Férias Escolares: 02 a 31 de janeiro (30 dias), de 13 a 17 de julho (5 dias) e de 22 a 31 de dezembro (10 dias);
- II -** Reunião Geral/Planejamento Coletivo: 03 de fevereiro (data

fixa);

III - Formação Continuada / Plano de Ação: 4 de fevereiro (data fixa para CMEI, EMEF/EMEFTI e EJA), e 16 de março (data fixa para CMEI e EMEF/EMEFTI);

IV - Início das atividades letivas: 05 de fevereiro (data fixa);

V - Avaliação Institucional: possibilidade de data móvel para CMEI, EMEF e EMEFTI a ocorrer entre 21 a 25 de setembro, e 25 de setembro para a EJA (data fixa);

a) Admitir-se-á o acolhimento da proposta de dia letivo na data prevista à Avaliação Institucional, desde que as atividades planejadas e executadas se voltem para o fim avaliativo, conforme Diretrizes da Secretaria Municipal de Educação com efetiva participação dos estudantes, a ser encaminhada à Comissão de Inspeção Escolar com antecedência de 15 (quinze) dias úteis.

VI - Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação Pública: 20 de novembro (data móvel).

VII - Encerramento das atividades letivas: 17 de dezembro (data fixa);

VIII - total de dias letivos:

a) Educação Infantil e Ensino Fundamental: mínimo de 200 (duzentos) dias letivos;

b) Educação de Jovens e Adultos - 169 (cento e sessenta e nove) dias letivos.

§ 1º. O Calendário Escolar das Unidades de Ensino que ofertam a EJA com Qualificação Profissional será organizado de forma diferenciada conforme projeto próprio, em atendimento ao Decreto Federal nº 5.840/2006, que trata de carga horária específica.

§ 2º. As disposições contidas nos incisos e parágrafos desse artigo deverão ser rigorosamente observadas.

Art. 4º. Em complementação ao que determina o Art. 3º, no Calendário Escolar dos Centros Municipais de Educação Infantil serão observados ainda os seguintes aspectos:

I - Planejamento Coletivo: 18 e 21 de dezembro (datas fixas).

II - Formação Continuada: 12 de junho, 20 de julho, 17 de agosto e 16 de outubro (datas móveis);

III - Conselho de Classe: não letivo, sendo 01 (um) dia ao final de cada semestre, totalizando 02 (dois) dias - 03 de julho e 11 de dezembro (datas móveis);

Parágrafo único: As datas previstas para os Conselhos de Classe no final de cada semestre letivo, deverão ocorrer em uma segunda ou sexta-feira, no correspondente período de encerramento do semestre, garantindo que todos os registros sejam feitos no SGE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após a realização do Conselho de Classe.

Art. 5º. Em complementação ao que determina o Art. 3º, no Calendário Escolar das Escolas Municipais de Ensino Fundamental, incluídas as EMEFTI, serão observados os seguintes aspectos:

I - Formação Continuada: 12 de junho, 20 de julho e 16 de outubro (datas móveis);

SECRETARIA DE FAZENDA

Resumo de instrumento contratual, em atendimento ao artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Aditivo nº 02 ao Contrato de Prestação de Serviços n.º 425/2017.

Processos: 6136117/2015 (licitatório) / 6790516/2017(SEMFA)

Concorrência Pública: 004/2016.

Ata de Registro de Preços: 230/2016

Contratada: SPASSU TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A.

Objeto do Aditivo: 1.1.- Prorrogar o prazo do contrato pelo período de 12 (doze) meses. 1.2 – Conceder reajuste de 4,94% (quatro, vírgula, nove, quatro por cento), referente ao índice IPCA-IBGE do período de 05/2018 a 04/2019.

Valor do Aditivo: **R\$ 99.816,60 (noventa e nove mil, oitocentos e dezesseis reais e sessenta centavos).**

Vigência: de 08/11/2019 a 07/11/2020;

Dotação Orçamentária: 18.01.04.126.0029.1.0022, Elemento de Despesa: 4.4.90.40.99 e Fonte de Recurso 1.001.0000, 2.001.0000.

Nota de Empenho: 1011-000.

Data de assinatura do Termo: 17/10/2019.

Justificativa: Continuidade dos serviços de tecnologia da informação na execução de desenvolvimento e manutenção corretiva, adaptativas e evolutivas de Sistema da informação, visando atender a gestão de recursos humanos responsável pela avaliação pessoal de desempenho.

Pareceres Jurídico (PGM) e Técnico (CGM): constam às fls. 242/244 e 246 dos autos.

SECRETARIA DE FAZENDA

Resumo de instrumento de Contrato, em atendimento ao artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Contrato de Prestação de Serviços n. 425/2019.

Processo: 505290/2019.

Pregão Eletrônico: 206/2019

Contratada: SERTEL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA - EPP.

Objeto do Contrato: prestação de serviços de manutenção em grupos geradores com substituição de peças e insumos e locação de grupo gerador.

Valor do Contrato: R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais).

Vigência: de 06/11/2019 a 05/11/2022.

Dotação Orçamentária: 18.01.0004.126.0029.2.0237 - Elemento de Despesa: 3.3.90.39.12, 3.3.90.39.17, 3.3.90.30.01 e 3.3.90.30.25 - Fonte do Recurso 1.001.0000.

Nota de Empenho: 1030-000.

Data de assinatura do Termo: 06/11/2019.

Justificativa: prestação de serviços de manutenção, conservação e funcionalidade dos geradores de energia elétrica das Unidades Administrativas da Prefeitura de Vitória.

Pareceres Jurídico (PGM) e Técnico (CGM): constam às fls. 215 e 217 dos autos.

SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO**Extrato da Ata de Registro de Preços nº 359/2019**

Processo: 5098687/2019 **Pregão Eletrônico nº:** 312/2019

Validade do Registro: 12 (doze) meses a partir da publicação deste extrato no veículo de imprensa oficial.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TELEFONE COM E SEM FIO.

Órgão Gerenciador: SEGES

Órgão(s) Participante(s): SEGES.

COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR			CNPJ			
ALILES M VIEIRA - COMERCIO E ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS			13.540.305/0001-38			
ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UN.	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.
1	2.16.30.0004.9	TELEFONE, Tipo/Modelo: Sem Fio, Tecnologia Digital: Sim, Funções: Flash, Tone/Tom, Mute/Mudo, Pausa/Pausa e Redial/Redicar, Posição: MESA, Cor: Preto ou Grafite, Canais: Mínimo 30 [com Busca automático ou manual], Agenda Telefônica: Mínimo 10 [gravações, Frequência de Alcance [Ghz]: Entre 2,4 e 6,0, Peso Máximo do Terminal Móvel: 120 g [com bateria], Tipo de Campanha [Qtd]: 4, Volume da Campanha: AJUSTÁVEL, Discagem [Tipo]: Tom/Pulso, Alcance [Base a Unidade Portátil]: Mínimo de 50m Interno e 300m Externo, Efetuar Chamadas em Ramal: Sim, Manual de Instruções: Em Português, Certificação: Normas Vigentes da Anatel de Acordo com a Resolução 242 de 30/11/2000, GARANTIA: 01 ano.	PC	ELGIN	381	R\$ 1,91
2	2.16.30.0005.7	Telefone, Modelo: Fixo com Fio, Funções: Flash, Tone, Mute e Redial, Modo de Discagem, Tom e Pulso, Volume da Campanha: Ajustável, Tipo de Campanha [qtd]: 3, Posição: Mesa e Parede, Cor: preto, Dimensões: Aprox. 5,5x20x14xcm, Peso: Aprox. 0,370g, Acompanha: Cabo Espiral, Cabo Telefônico e Manual, Garantia: 01 ano.	PC	ELGIN	325	R\$ 1,00

Rodrigo Assis Barbosa
Comissão do Sistema de Registro de Preços

SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO**PORTARIA Nº 187**

O Secretário Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Delegar competência ao servidor Rodrigo Monjardim Vallorini, matrícula 549681, para responder como Subcoordenador da Coordenação Geral da Unidade Gerenciadora do Programa de Requalificação Urbana e Segurança Cidadã (UGP), enquanto durar o impedimento do seu titular Rosana de Souza Murari, matrícula 596981, a partir de 01/10/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vitória, 18 de novembro de 2019.

Alberto Frederico Salume Costa

Secretário Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação